

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Invasão chinesa	2
Título: Aço: cota da Argentina provoca mal-estar	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Para chinesa CTG, privatização da Eletrobras não está nítida	3
Título: Chinesa deverá elevar pagamento por CPFL, mas briga continua	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: A truculência vence, até agora	7
VEÍCULO: Correio Braziliense	9
Título: Ultrapar perde o gás	9
VEÍCULO: Valor Econômico	11
Título: Com cotas ao aço, EUA importariam 15% a menos	11
Título: EUA dão ultimato e impõem cotas para o aço brasileiro	12
Título: Cartas de leitores	14
Mineração	14
Título: OPA da CPFL Renováveis pode ter novo preço	15
Título: Destaques	17
Título: Expansão das renováveis puxa resultado da ABB	17
Título: Eletropaulo terá novo controlador em junho	19
Título: Conab confirma que nova safra de cana será mais 'alcooleira'	20

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Invasão chinesa**

Os chineses acabam de entrar em mais um mercado no Brasil: postos de combustíveis. A PetroChina International comprou 30% da TT Work, incluindo as subsidiárias TDC Distribuidora (antiga Total), Tecomb, Wega e Atlantimport. Trata-se da primeira aquisição chinesa de uma distribuidora de combustíveis na América Latina. A TDC está entre as quatro maiores do Brasil — atende a uns 2,2 mil postos, principalmente no Nordeste.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Eliane Oliveira e Janaína Figueiredo****Título: Aço: cota da Argentina provoca mal-estar**

Cálculo do percentual que pode ser exportado para os EUA teria favorecido país vizinho.

BRASÍLIA E BUENOS AIRES - Causou mal-estar em algumas áreas do governo e no setor privado a informação de que a Argentina recebeu um tratamento diferenciado pelos Estados Unidos no acordo que excluiu países das sobretaxas de 25% e 10% nas importações americanas de aço e alumínio. A forma como foram calculadas as cotas de exportação dos produtos argentinos para os EUA favoreceu os vizinhos. No caso do aço, se fosse levada em conta a média exportada pela Argentina nos últimos três anos, a cota teria de ficar em torno de 130 mil toneladas, destacou um técnico, e não em 180 mil toneladas, como ficou definido no acordo com os EUA. Ou seja, houve um aumento unilateral do volume concedido. Para o Brasil, foram estabelecidas cotas para aços semiacabados e acabados, com base na média dos últimos três anos, com reduções de 7% e 30%, respectivamente. Para a indústria, dependendo do tipo de aço, a redução chega a até 60%.

MACRI COMEMORA

O setor de alumínio ficou em uma situação pior. A cota oferecida ao Brasil pelos EUA teria de ser calculada com base na média dos últimos cinco anos, o que resultaria em um volume de 41 mil toneladas. Os argentinos, contudo, ficaram com 180 mil toneladas. Isso levou as empresas brasileiras a optarem pela

sobretaxa de 10%. — Entendemos que nossas vendas para os EUA são muito mais elevadas do que as da Argentina. Mas isso não justifica esse tipo de tratamento diferenciado, que está em desacordo com as normas da OMC (Organização Mundial do Comércio) — comentou uma fonte, lembrando que os acordos ainda não foram publicados oficialmente pelo governo americano. Em meio à tensão pela disparada do dólar no mercado local, o presidente argentino, Mauricio Macri, comemorou o acordo com os EUA. O setor siderúrgico também declarou ter ficado satisfeito com a cota de 180 mil toneladas. — Agora estamos no melhor dos mundos: temos uma cota razoável e seremos mais competitivos do que a maioria dos países que deverão pagar a sobretaxa — comentou um alto executivo do setor siderúrgico argentino.

QUESTÃO SERÁ LEVADA AO G-20

Apesar do mal-estar, um técnico do governo brasileiro ponderou que, em 2017, os vizinhos venderam 200 mil toneladas de aço ao mercado americano, e as indústrias siderúrgicas brasileiras embarcaram 4,7 milhões de toneladas. A Argentina exporta pouco mais de 4% do volume de produtos siderúrgicos vendidos pelo Brasil ao mercado americano. — Não há como comparar o tratamento dado aos dois países pelos EUA, uma vez que os dois players têm potenciais muito diferentes — disse o técnico. Por enquanto, o governo vai esperar o fim das negociações dos EUA com o Brasil, a União Europeia e até mesmo com México e Canadá, que fazem parte do Nafta (acordo de livre comércio da América do Norte), antes de decidir se vai ou não recorrer à OMC por causa das sobretaxas. Porém, a questão será levada formalmente à reunião do G-20 — grupo formado pelas 20 maiores economias do planeta — em dezembro, em Buenos Aires. No dia 26 de abril, os EUA interromperam as negociações com o Brasil e avisaram que não iriam suspender as sobretaxas ao aço e ao alumínio. Disseram que a única opção para que os produtos brasileiros não fossem sobretaxados seria reduzir voluntariamente suas exportações.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado / colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Para chinesa CTG, privatização da Eletrobras não está nítida

Ainda falta clareza ao processo de privatização da Eletrobras para que a CTG (China Three Gorges) se interesse pelo negócio, diz Li Yinsheng, presidente da subsidiária da empresa chinesa no Brasil.

“O governo fala da desestatização faz tempo, mas, até agora, não há plano concreto sobre como será o negócio.”

Embora se declare atento à oportunidade, Li afirma que a empresa prioriza no momento a consolidação dos investimentos já feitos no país.

Usina hidrelétrica de Ilha Solteira (SP), um dos ativos da empresa chinesa no Brasil - Prefeitura de Ilha Solteira - 15.ago.11/Divulgação

A CTG é dona da usina de Três Gargantas, na China, e é sócia da empresa de origem portuguesa EDP. No Brasil, tem 17 hidrelétricas.

A maior é a de Ilha Solteira, em São Paulo, que representa mais de 40% da capacidade instalada no Brasil.

É, no entanto, um ativo antigo, de 40 anos, que precisa ser modernizado, afirma Li.

Haverá um aporte de R\$ 704 milhões para atualização da planta ainda no primeiro semestre deste ano. O investimento será, principalmente, em automação.

Essa usina e a de Jupia, que fica na divisa entre São Paulo e Mato Grosso do Sul, deverão receber recursos de R\$ 3 bilhões nos próximos dez anos.

“Acumulamos uma capacidade instalada relevante, uma das maiores do país, e o próximo passo será melhorar a eficiência dos ativos”, diz Li.

A empresa também tem planos para iniciar novas operações. Ela estuda investir em geração solar. A ideia é começar, a partir do zero, uma usina dessa fonte de energia.

“A economia no Brasil é volátil. Agora o país começa a tomar fôlego, e nós devemos apostar em projetos que ainda não saíram do papel.”

8,27 GW é a capacidade instalada; são 17 hidrelétricas e 11 eólicas

745 são os empregados no Brasil

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Taís Hirata

Título: Chinesa deverá elevar pagamento por CPFL, mas briga continua

A decisão da CVM confirma que State Grid terá que pagar a mais, dizem acionistas.

A chinesa State Grid deverá elevar seu pagamento pela CPFL Renováveis após a decisão do colegiado da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), que definiu a metodologia de cálculo que deveria ser usada para calcular o preço por ação da empresa. A avaliação é dos acionistas minoritários da CPFL Renovável, que vinham questionando o preço inicialmente oferecido.

A expectativa é que o novo cálculo atinja um patamar superior aos R\$ 12,20 inicialmente propostos pelos chineses.

Agora, a State Grid deverá apresentar um novo preço dentro de até 30 dias.

No entanto, a briga entre os chineses e os acionistas minoritários —entre eles, os fundos Pátria, Arrow, o BTG Pactual e o IFC, do Banco Mundial—, que já se arrasta desde junho de 2017, não necessariamente chegará ao fim.

Isso porque a expectativa dos acionistas é que a State Grid tente apresentar um cálculo que chegue ao menor valor possível. Caso isso ocorra, poderá levar a um novo questionamento.

A briga começou quando a State Grid comprou a participação da Camargo Corrêa na CPFL Energia. O valor total pago pelo grupo foi de cerca de R\$ 14,19 bilhões —R\$ 25,51 por ação, com um prêmio de 29% em relação ao preço da ação no dia.

Ao mesmo tempo, a empresa chinesa oferecer R\$ 12,20 por ação da CPFL Renováveis, que é uma subsidiária da CPFL Energia, o que representaria um desconto de 6%.

Os acionistas minoritários da CPFL Renováveis, então, passaram a questionar esse valor, afirmando que não houve tratamento igualitário entre o preço oferecido às ações da CPFL Energia e da subsidiária.

Em fevereiro, a área técnica da CVM havia soltado um relatório rejeitando os R\$ 12,20 e sugerindo cinco outras metodologias mais adequadas, que iam de R\$ 16,69 por ação a R\$ 20,48. Com isso, a State Grid iria desembolsar, no mínimo, R\$ 1 bilhão a mais pela subsidiária.

A State Grid então passou a questionar o relatório, argumentando que o órgão estaria extrapolando suas competências ao determinar um preço.

A decisão do colegiado da CVM atendeu em parte ao pleito: em vez de apontar o valor das ações, determinou apenas a metodologia a ser aplicada —no lugar de utilizar o Ebitda (geração de caixa) trimestral, deveria utilizar o Ebitda anual,

para "evitar distorções decorrentes de efeitos sazonais" e incorporar uma "visão prospectiva das companhias, a fim de refletir as diferenças em suas expectativas de crescimento".

Os acionistas minoritários defendem que seja utilizado o valor de Ebitda previsto no orçamento plurianual aprovado pela CPFL em 2016, antes da chegada dos chineses.

Com isso, o valor chegaria a R\$ 17,67, o que representaria um desembolso total de R\$ 4,3 bilhões pelos 48,4% das ações dos minoritários, cerca de R\$ 1,3 bilhão a mais do que o inicialmente proposto.

No entanto, a decisão da CVM não indica que essa seria a base de cálculo, o que significa que a State Grid poderá ter uma interpretação diferente.

Ainda assim, os acionistas minoritários dizem esperar que o valor pago chegue a um novo patamar, bastante acima dos R\$ 12,20 propostos.

IDAS E VINDAS

A disputa entre a State Grid e os acionistas da CPFL Renováveis na CVM foi marcada por idas e vindas.

O caso é considerado complexo pois não há uma jurisprudência tão consolidada para esse tipo de operação, em que é preciso definir o preço das ações de subsidiárias cujas controladoras foram vendidas.

Inicialmente, a chinesa refutou o questionamento e classificou a reclamação dos minoritários de oportunista. Em agosto, porém, a CVM pediu, em ofício, que a empresa revisse seu cálculo.

Como resposta, a State Grid seguiu defendendo a metodologia usada para se chegar aos R\$ 12,20, e passou a afirmar que a CVM estaria indo além de seu papel ao fazer sugestões à metodologia usada.

“Ao fazer isso, sinaliza-se que um passo adicional, desnecessário foi dado, criando uma zona cinzenta”, diz a empresa chinesa, em ofício enviado em setembro.

O órgão regulador, por sua vez, recusou os argumentos, afirmando que os R\$ 12,20 foram propostos unilateralmente pela State Grid, que é parte interessada, e, portanto, a atuação de um órgão regulador seria necessária.

Além disso, disse que há jurisprudência para essa atuação —em 2007, no caso da OPA da Arcelor Brasil, comprada indiretamente pela Mittal Steel, e na OPA da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga.

O órgão ainda pediu que a State Grid contratasse um laudo avaliador independente. Feito pelo Banco Fator, esse estudo reforçou mais uma vez o cálculo inicialmente adotado pela State Grid. O laudo, porém, foi novamente questionado pela CVM.

O colegiado do órgão também rejeitou o laudo e confirmou a interpretação dos minoritários de que haveria um tratamento desigual. No entanto, recuou em relação ao relatório da área técnica e não especificou o preço das ações, apenas a metodologia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: A truculência vence, até agora

Sem força para reagir à truculência do presidente Donald Trump, os líderes da indústria brasileira do aço decidiram aceitar cotas de exportação para os Estados Unidos, solução menos custosa, segundo eles, que uma tarifa de 25%. Os produtores de alumínio indicaram preferência pela tarifa de 10%. Os dois setores serão prejudicados, mas as perdas, segundo seus dirigentes, serão menores que seriam se o acesso ao mercado americano se tornasse impossível. "O acordo não foi de todo ruim, principalmente porque era pegar ou largar", disse o presidente executivo do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo Mello Lopes.

Essa avaliação é compreensível, mas a palavra acordo é um tanto exagerada. Nenhum compromisso foi firmado entre governos, o poder público brasileiro ficou fora de qualquer entendimento, e a medida aplicável a cada caso – cota ou tarifa – dependerá, afinal, das autoridades americanas. O presidente Trump anunciou na segunda-feira, em Washington, um acordo preliminar a respeito das importações provenientes do Brasil. Não houve acordo, segundo o governo brasileiro, até porque a Casa Branca havia informado no dia 26 a decisão de interromper a negociação e impor barreiras ao aço e ao alumínio, sob a forma de tarifas ou de cotas.

Não houve participação do governo brasileiro, segundo a nota emitida em Brasília, no desenho de qualquer restrição às importações de produtos originários do Brasil. Com ou sem acordo, a ação protecionista anunciada em março por Donald Trump vem sendo realizada com sucesso considerável. Por acerto entre governos, a indústria sul-coreana, terceira maior exportadora de

aço para os Estados Unidos, atrás da canadense e da brasileira, será submetida a cotas. Os exportadores argentinos, com participação muito modesta nesse mercado, também serão submetidos a limites quantitativos.

Quando se leva em conta a mera redução de danos imediatos, as novas condições podem ser até toleráveis. A indústria coreana de aço perderá 30% das exportações para os Estados Unidos. A brasileira deverá exportar 7,4% menos que em 2017, no caso do aço semiacabado. Este produto representa cerca de 80% do volume remetido ao mercado americano. A perda de vendas de acabados deverá ficar entre 20% e 60%. Os cálculos são do IABr. No caso do alumínio, a cota oferecida pelo governo americano corresponde à média dos últimos cinco anos e será menor que o volume já contratado para este ano.

Em qualquer caso, tanto para o aço como para o alumínio, falta ver como ficarão de fato as limitações decididas em Washington. Sem acordo entre governos, os critérios dependem totalmente do lado americano. Não há decisão fácil para o governo brasileiro, segundo admitem fontes de Brasília. Ficar em silêncio será admitir uma evidente violação das normas internacionais. Recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) poderá pôr em risco as possibilidades ainda concedidas pelo governo americano às empresas brasileiras.

O governo americano ainda negocia com as autoridades chinesas. A China, com excesso de capacidade na indústria siderúrgica, é a principal fonte de problemas para o mercado internacional do aço. Mas os chineses têm como resistir às pressões de Washington. Se chegarem a um acordo bilateral, a truculência de Trump terá sido vitoriosa, ou, no mínimo, meio vitoriosa. A União Europeia, por meio de seu diretor Claude Juncker, declarou-se disposta a rejeitar qualquer negociação sob ameaça. Mas é cedo para descartar algum tipo de entendimento.

Se o presidente Donald Trump conseguir negociar fora da OMC com os maiores parceiros, haverá claro prejuízo para a ordem econômica internacional. Terá dado certo a aventura protecionista e a força terá prevalecido contra as normas multilaterais. O sistema tem fissuras e fraquezas e foi posto em xeque mais de uma vez, mas continua em pé, porque até os governantes das maiores potências prestam homenagem, pelo menos formalmente, à ordem geral. Não é o caso de Trump. Seu desprezo ao sistema de regras internacionais nunca foi disfarçado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Economia / colunas**Autor:** Fernanda Guimarães**Título:** Notas

» **Bye, bye.** A Petrobrás está selecionando o sindicato de bancos que irá estruturar a oferta subsequente (follow on) da petroquímica Braskem. O grupo, que terá o Bradesco BBI como coordenador líder, conta também com JPMorgan, Itaú BBA, Citi, Bank of America Merrill Lynch e Santander. A Odebrecht, que controla a Braskem ao lado da Petrobrás com uma fatia de 50,1% das ações com direito a voto, também pode vender uma parte de sua participação. A estatal petroleira possui 47% das ações ordinárias.

» **Tique-taque.** A Petrobrás tem pressa e a oferta está programada para acontecer ainda neste ano, se possível em julho, mês que poderá ser a última janela viável para captação antes das eleições presidenciais, quando a volatilidade deve crescer. Até lá, a expectativa é de que os sócios acertem o ponteiro em torno da reorganização societária da companhia e, ainda, do contrato de longo prazo para o fornecimento de nafta. Procurada, a Petrobrás não comentou. A Braskem informou que “não existe até o momento estudo no âmbito da companhia sobre a realização de uma oferta primária das ações de sua emissão” e que não contratou nenhum banco para a realização de uma oferta.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Negócios**Autor:** Natalia Viri**Título:** Ultrapar perde o gás

Historicamente uma das empresas mais bem avaliadas da bolsa, a Ultrapar divulgou resultados que decepcionaram até mesmo as expectativas já conservadoras do mercado, mostrando que está com dificuldades para crescer e ganhar margens, num ambiente em que o caminho de expansão via fusões e aquisições se estreitou após os vetos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) à compra da Liquigás e da AleSat.

A empresa surpreendeu também com duas movimentações no seu comando. Marcando o fim de uma era, Paulo Cunha — o icônico industrialista que comandou a companhia de 1981 a 2006 — renunciou à presidência do conselho. Aos 77 anos, Cunha vai passar o bastão para Pedro Wongtschowski, que já o havia sucedido como CEO de 2007 a 2012 e era o atual vice-presidente do conselho.

André Covre, ex-diretor financeiro, está saindo da companhia após 14 anos de casa. Desde 2015, Covre estava encarregado da Extrafarma, o negócio de farmácias do grupo, que ainda não conseguiu ganhar tração. Ele será substituído por Rodrigo Pizzinatto, o atual diretor comercial da Extrafarma.

Os males da Ultrapar se dividem em duas categorias. Primeiro, a companhia está sofrendo com o aumento da concorrência na distribuição de combustíveis. No último ano, por causa de seu IPO, a BR Distribuidora acordou de seu berço esplêndido e tem agido mais como empresa privada do que como a estatal que é. Outro fator: com a política da Petrobras de reajustar os preços da gasolina e do diesel diariamente (a partir de julho de 2017), a arbitragem do combustível ficou reduzida, espremendo os ganhos que os distribuidores tinham com a importação desde o final de 2016.

Além disso, para tentar manter o crescimento de Ebitda, a estratégia da Ultrapar foi sacrificar volumes por margens ao longo do último ano, permitindo que Raízen e BR Distribuidora ganhassem mercado. A estratégia alienou donos de postos embandeirados pela Ipiranga. “Para reconquistar a base, eles terão que deixar dinheiro na mesa,” diz um investidor.”

Há duas semanas, o UBS havia previsto em relatório que a Ipiranga reportaria um volume com crescimento zero e uma margem Ebitda razoável. Veio pior do que o planejado. O Ebitda caiu 48% na comparação anual e o lucro minguou 79%, para R\$ 74 milhões. A multa de R\$ 286 milhões referente à compra frustrada da Liquigás poluiu os números, mas, mesmo desconsiderando esse fator, o Ebitda teria caído 12% ano contra ano.

O desempenho da Ipiranga, de longe o maior negócio do grupo, foi o mais decepcionante. As margens despencaram, passando de R\$ 124 por metro cúbico no primeiro tri do ano passado para R\$ 108 neste ano, sinalizando que houve menos ganhos com importação de combustíveis e que o ambiente competitivo está mais acirrado.

Os números dispararam uma onda de revisões negativas. O UBS, que no papel ainda tem uma recomendação de compra com preço-alvo de R\$ 84/ação, disse que vai revisar os números. O Credit Suisse se perguntou se “a lua de mel acabou” e cortou o preço-alvo da ação de R\$ 89 para R\$ 77. “Há algum ponto de inflexão próximo? Essa é a questão que o mercado tem se perguntado,” disseram os analistas do banco.

Nas demais divisões, o desempenho não foi muito superior: na Oxiteno, foram pressionados por baixos volumes e custos maiores, enquanto na Ultragaz, sem o pagamento das multas, o resultado operacional teria ficado estável.

A saída de Covre mostra que a Extrafarma, o braço de farmácias que teve início em 2013, está demorando para decolar. Foram abertas sete lojas no primeiro trimestre, totalizando 401 unidades em 13 estados. Mas o resultado operacional ainda ficou no zero a zero, com a contribuição negativa das lojas abertas nos últimos meses, que ainda não atingiram a maturidade.

No ano passado, a Ultrapar já havia frustrado as expectativas do mercado após a direção da empresa prever um crescimento de 10% do Ebitda e entregar um avanço de apenas 2%. Desde o começo de fevereiro, quando foram divulgados os resultados referentes a 2017, as ações já caíram 25%.

Números negativos

» Desde fevereiro, quando foram divulgados os resultados de 2017, as ações da Ultrapar despencaram 25%

» O lucro do primeiro trimestre foi de R\$ 72,9 milhões, queda de 79,4% na comparação com os primeiros três meses de 2017

» O Ebitda (lucro antes de juros e impostos) foi de R\$ 508 milhões, queda de 46% na comparação anual

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Com cotas ao aço, EUA importariam 15% a menos

Os Estados Unidos podem importar quase 15% a menos de aço brasileiro se as cotas propostas forem mesmo implantadas.

A conta anterior, de 20% de queda nas exportações do Brasil, levava em conta números do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), mas o que os EUA consideram são os dados de sua própria Comissão de Comércio Exterior.

O presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, explicou que as previsões de cotas em 3,5 milhões de toneladas para semiacabados - placas e tarugos, por exemplo - e de 496 mil toneladas para acabados - planos, longos, tubos e aços especiais - tiveram como base os números americanos.

Segundo os EUA, foram importadas cerca de 4,7 milhões de toneladas de produtos siderúrgicos brasileiros no ano passado. Esse volume, portanto, pode ser reduzido em quase 15% se as restrições passarem a valer como indicou

inicialmente o governo. As reduções, de fato, seriam de 7,4% para semielaborados e de 20% a 60% para elaborados, ante 2017.

Para Lopes, o momento é de aguardar um pouco para voltar a pedir uma negociação com os EUA. Falta discutir a isenção ou não sobre produtos muito específicos e algumas peculiaridades de registro dos tipos de aço.

Mas Milton Rego, presidente da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), disse que o ultimato dado pelo governo americano na semana passada significa que não há mais conversa. A indústria nacional do alumínio decidiu não aderir a cotas e ter a sobretaxa de 10% aplicada nos EUA. Para o aço, a tarifa seria de 25%.

Se às siderúrgicas brasileiras foi oferecida uma cota que representa a média de três anos, para as fabricantes de produtos de alumínio esse período foi maior, de cinco anos. Caso aceitasse esse sistema, contou Rego, as exportações cairiam 32% ante o ritmo do primeiro trimestre, de 60 mil toneladas.

Atualmente, os maiores exportadores nacionais de alumínio manufaturado são a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do grupo Votorantim, e a Novelis, de origem americana. O alumínio primário é embarcado especialmente para o Japão.

Além dos 10% de tarifa, o Brasil ainda seria excluído do Sistema Geral de Preferências (SGP), que permite algumas isenções no comércio com os EUA. Sair da lista resultará em encarecimento adicional de 3% a 6% para o alumínio internalizado no mercado americano. Por enquanto, até o dia 30 o produto ainda está isento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor:

Título: EUA dão ultimato e impõem cotas para o aço brasileiro

Brasil, Argentina e Coreia do Sul dobraram-se às exigências americanas e concordaram em limitar, via cotas, suas exportações de aço para o mercado americano. Pelo peso de suas economias e a importância de suas exportações do produto para os Estados Unidos, a União Europeia se insurgiu e deixou claro que não está disposta a aceitar os ditames protecionistas de Donald Trump. A resistência europeia aumenta a importância da decisão chinesa sobre o assunto, que tem nessa semana um capítulo importante, com as reuniões entre os principais integrantes da equipe de comércio de Trump e os burocratas de Pequim. A posição chinesa pode, se a intenção inicial se mantiver, abrir uma das

maiores batalhas comerciais da história da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O governo brasileiro deveria definir melhor sua estratégia diante dos ímpetus protecionistas de Trump, que não deverão se restringir ao aço e alumínio. O motivo inaugural da iniciativa americana não para em pé - riscos à segurança nacional das importações - e mesmo este argumento esdrúxulo foi abandonado no decorrer do tempo. Ficou explícito nas declarações da trinca Wilbur Ross, secretário do Comércio, Robert Lighthizer, da USTR, e Peter Navarro, conselheiro especial da Casa Branca para o tema, que os EUA pretendem obter vantagens comerciais com as sanções, o que simplesmente desmente o objetivo original.

O alvo principal da ação para barrar a entrada do aço nos EUA, assunto do qual Lighthizer, titular da USTR, é especialista, após décadas advogando como lobista para o setor, tinha como meta a China, o maior produtor mundial. No entanto, a China, diretamente, é um exportador marginal para o mercado americano, e o impacto tarifário foi desviado em cheio para os exportadores tradicionais, como Brasil e Coreia do Sul.

Tanto o maior exportador aos EUA, o Canadá, como o México, ligados aos americanos por acordo comercial, até agora escaparam das tarifas - nem deveriam ter sido cogitados como alvos. Trump tem objetivos específicos e não os deixou em paz porque pretende renegociar em termos mais favoráveis o Nafta. Pelos instintos prevalecentes na Casa Branca, o Nafta seria revogado, mas as empresas americanas se opõem à ideia.

O Brasil está sendo constrangido a se submeter à restrição das cotas, que têm como limite o volume médio exportado nos últimos três anos. Pelos cálculos das indústrias do setor, isso trará redução de 7% sobre as vendas de produtos semi-acabados ao mercado americano em 2017. No caso do aço acabado, o impacto será muito maior, embora as vendas não sejam tão significativas - de 20% a 60% de redução, segundo o tipo de produto. No caso do alumínio, as empresas do setor preferiram encarar a sobretaxa de 10% a aceitar as cotas.

A União Europeia, maior bloco econômico do mundo, criticou a investida americana e deixou claro que deveria ficar "total e permanentemente isenta dessas medidas, já que elas não podem ser justificadas com base na segurança nacional". Inicialmente, os argumentos da China tomaram o mesmo rumo, indicando que a disputa comercial deveria seguir seu curso junto à OMC, o caminho natural. A equipe protecionista de Trump tem um contencioso ideológico com a organização, a quem acusa de ser contrária aos interesses americanos, o que não é nem de longe confirmado pelos fatos.

Governos protecionistas e com inclinações anti-americanas, como os de Lula e Dilma Rousseff, tiveram poucas e previsíveis pendengas comerciais com as administrações liberais de George W. Bush e Barack Obama. As posições agora se inverteram. O governo de Michel Temer tem tendência liberal, mas Trump é escancaradamente, embora de maneira seletiva, protecionista.

O problema é que Trump tem conseguido até agora quebrar as regras do comércio e dividir os países que até então seguiam as regras da OMC. Se seu primeiro alvo for atingido, tudo indica que haverá mais e maiores confrontos comerciais. O governo brasileiro deveria estar pronto a aderir a iniciativas de qualquer país que pretenda impedir as barreiras criativas de Trump em seu foro adequado, a OMC. Há grande chances de que a UE e a China tomarão este caminho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor:

Título: Cartas de leitores

Mineração

A respeito do artigo "Tragédias na mineração", assinado pelos advogados Caio Borges, Jefferson Nascimento e Joana Nabuco, publicado no **Valor** de 30 de abril, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) tem considerações a fazer.

Há trechos com erros de informação e até mesmo acusação implícita de as mineradoras, como um todo, em possível conluio com autoridades públicas, terem cometido crime; sobre isso o texto faz ilações, sem a apresentação de qualquer comprovação ou nomeação dos eventuais culpados.

Qualquer análise técnica e objetiva comprova a evolução da sustentabilidade da indústria mineral legalizada ao longo das décadas. De uma atividade precária passou paulatinamente a se tornar um dos setores produtivos que mais investe em tecnologia, inovação e em ações de relacionamento com a comunidade - sempre em busca de consenso para poder empreender com o mínimo de impactos. E não está isenta de riscos.

Nos dois incidentes que efetivamente envolveram empresas de mineração, na barragem de Fundão e em Santo Antônio da Gramma, ambos em Minas Gerais, as mineradoras trataram de tomar providências que julgaram cabíveis, além de se submeter às orientações e determinações das autoridades em prol das comunidades atingidas e da reparação dos danos. E estão sujeitas a penalidades que a legislação impõe.

No 4º parágrafo do artigo, é mencionada a acusação de crime: "Na raiz desses eventos (os incidentes relatados no artigo) está uma combinação explosiva entre licenciamento ambiental açodado (ou inexistente), ampliação da produção sem a devida avaliação de riscos e do desgaste das estruturas e falhas na fiscalização".

Oras, ao açodamento se contrapõe a realidade dos longos prazos para a obtenção dos licenciamentos, tormento burocrático que inibe e/ou encarece empreendimentos de todos os setores produtivos e não apenas projetos minerais. Quanto à inexistência mencionada, trata-se de afirmação mais grave, por implicar execução criminosa de atividade.

Os autores também afirmam genericamente, sem qualquer dado técnico, que as estruturas operacionais do setor são "incapazes" de assegurar segurança às pessoas e ao ambiente. De uma hora para outra, todos os empreendimentos estão comprometidos, se considerarmos verdadeira esta afirmação.

Assinam o artigo como representantes de uma entidade considerada séria e respeitada, que é a Conectas Direitos Humanos. O setor mineral reluta em acreditar que estas opiniões e acusações ganhem abrigo na Conectas.

Os incidentes que efetivamente envolveram operações minerárias não foram varridos para baixo do tapete. O setor mineral tem cumprido fielmente seus compromissos pactuados com as autoridades, as comunidades atingidas e as autoridades.

Walter Alvarenga - Diretor-presidente do Ibram

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia, Graziella Valenti e Juliana Schincariol

Título: OPA da CPFL Renováveis pode ter novo preço

A State Grid vai precisar apresentar uma nova justificativa de preço para as ações da CPFL Renováveis e a expectativa no mercado é que o novo valor seja maior que o proposto anteriormente, de R\$ 12,20 por ação.

O colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) descartou que seja imposto um preço mínimo na oferta pública de aquisição de ações (OPA) da companhia. Ao mesmo tempo, porém, o regulador determinou que o processo seja retomado do começo, com uma nova justificativa de preço que utilize dados anuais de Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) em substituição aos trimestrais. A State Grid também precisará incorporar em seus cálculos as diferenças nas expectativas de crescimento das empresas.

A decisão foi o resultado de debate com a área técnica da CVM, a Superintendência de Registro, que recusou as justificativas do preço anunciado pela State Grid para a oferta. Além dessa discussão sobre o registro, o caso incluía queixa de um grupo de minoritários da CPFL Renováveis, com nomes de peso como BTG Pactual, Pátria, DEG (banco de desenvolvimento da Alemanha), GMR Energia e IFC (braço do Banco Mundial). Juntos, eles somam mais de 30% de participação na companhia, cujo controle foi adquirido pela State Grid depois que a chinesa comprou o controle da CPFL Energia, por R\$ 25,51 por ação.

Na prática, a decisão foi vista como favorável aos minoritários, uma vez que o preço do contrato, de R\$ 12,20, defendido pela State Grid, foi desconsiderado. Além disso, a utilização do Ebitda anual com as previsões de crescimento das empresas era parte do pleito dos acionistas. A percepção ajudou a impulsionar a alta das ações da CPFL Renováveis no pregão de ontem, quando fecharam com valorização de 5,28%, a R\$ 15,95.

Quando a área técnica da autarquia fez um exercício de preços, chegou a fazer uma estimativa de cálculo com esses parâmetros, que resultava em um preço por ação de R\$ 17,67. O cálculo levou em conta as projeções de Ebitda da CPFL Renováveis e da Energia no período de 2016 a 2020, que tinham sido aprovados por seus respectivos conselhos e eram os dados mais recentes disponíveis na época da aquisição, em julho de 2016. O Ebitda realizado nos últimos dois anos foi ligeiramente inferior ao previsto, o que, em tese, poderia alterar de alguma forma a conta.

De acordo com um advogado, que falou sob condição de anonimato, os próximos passos ainda estão pouco claros, já que tudo ainda depende de novos cálculos e de nova análise da área técnica da CVM sobre o preço que será estabelecido na operação.

Como a autarquia não definiu quais dados da "visão prospectiva" devem ser incorporados no cálculo, não se sabe qual preço a State Grid vai apresentar. Embora pouco provável, nada impede que a chinesa insista em R\$ 12,20, caso encontre cálculos que justifiquem o número utilizando as premissas apontadas pela CVM.

A decisão da CVM definiu que a companhia chinesa terá até 4 de junho para apresentar nova justificativa de preços. Procurada, a State Grid não respondeu até o fechamento desta edição.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Bacia de Campos

A plataforma Campos dos Goytacazes começará a operar nos próximos meses no campo de Tartaruga Verde e Mestiça, na Bacia de Campos. Segundo a Petrobras, a unidade começará produzindo, em média, mais de 20 mil barris diários de petróleo em 2018. Para 2019, a expectativa é que a produção atinja os 80 mil barris por dia. A Petrobras informou que a Bacia de Campos receberá, em 2021, o projeto integrado Parque das Baleias, no norte da Bacia de Campos (ES). Será instalado um novo FPSO (plataforma flutuante), com capacidade de 100 mil barris por dia.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Camila Maia | De São Paulo**Título:** Expansão das renováveis puxa resultado da ABB

Os negócios com energias renováveis e a retomada da demanda por serviços de operação e manutenção e também de digitalização da indústria estão ajudando os resultados da suíça ABB no Brasil e em toda a América. A expectativa da companhia é que as privatizações sendo implementadas, tanto em geração quanto em distribuição, devem ajudar a manter esse ritmo de crescimento nos próximos trimestres.

"A boa notícia é que o grupo está voltando a ter trimestres de crescimento, criando um pipeline importante de novos pedidos", disse, em entrevista ao Valor, Rafael Paniagua, presidente da ABB no Brasil. Segundo o executivo, a companhia está otimista sobre uma retomada da atividade industrial como um todo no país, o que deve ajudar no crescimento dos investimentos.

No primeiro trimestre, as encomendas da ABB tiveram crescimento global de 6%. Nas Américas, as encomendas ficaram estáveis. A queda em outros mercados (Canadá e México) foi compensada pela atividade no Brasil, onde a expansão foi de 22%, motivada, em grande parte, pelas encomendas nos negócios de renováveis.

"Esperamos continuar esse crescimento forte ao longo de 2018", disse Paniagua, lembrando dos leilões de energia previstos para este ano, como o A-

6, que vai contratar novos projetos de geração com início de operação em seis anos, e também de transmissão, que deve "ser muito forte e trazer muitas possibilidades."

O resultado dos primeiros três meses do ano refletiu, principalmente, o aumento dos negócios nas áreas de renováveis, principalmente fontes eólica e solar fotovoltaica. No caso da última, os projetos de geração distribuída ajudaram a aumentar as encomendas da companhia. "Grande parte dos equipamentos são produzidos em nossas fábricas no Brasil, como caixas de conexão, conectores. A ABB faz tudo, menos a placa solar", disse Paniagua.

Além do forte crescimento com geração distribuída, a ABB conseguiu contratos como resultado dos leilões A-4 e A-6 realizados em dezembro. "Tivemos oportunidades tanto com solar quanto com eólica", disse o presidente da ABB. Na parte eólica, a companhia se concentra nos equipamentos das subestações e das conexões dos parques com a rede.

As exportações também ajudaram as atividades brasileiras da ABB no primeiro trimestre do ano. Segundo Paniagua, as exportações representaram 20% do faturamento da ABB no Brasil no período. A companhia não informa os números de receita de cada país.

A ABB exportou equipamentos de diferentes áreas no período, com destaque para a área de energia e do setor de robótica, com foco em aplicações no segmento automotivo. "As exportações vão para a América do Sul, em geral. E, durante o primeiro trimestre, tivemos também sucesso em exportações para a América do Norte", disse o presidente da companhia no Brasil.

A área de serviços foi o terceiro setor que mais cresceu no Brasil no período. Segundo Paniagua, a companhia notou uma forte retomada na indústria no trimestre, principalmente manutenções que tinham sido adiadas, e linhas de produção que estava operando abaixo da capacidade máxima.

O setor de soluções digitais ainda está começando no país, com volume de vendas não muito representativo, mas Paniagua prevê que a digitalização vá avançar também nos próximos anos.

As privatizações devem oferecer oportunidades para a companhia. "Temos muitas expectativas nas distribuidoras que serão privatizadas", disse, se referindo às concessionárias da Eletrobras que devem ser licitadas até o fim de julho. Na área de geração, as concessões que serão devolvidas e posteriormente relitadas também devem movimentar o mercado. "Há uma expectativa boa de renovação dos investidores, tanto em geração quanto em distribuição", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Graziella Valenti e Camila Maia | De São Paulo****Título: Eletropaulo terá novo controlador em junho**

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) decidiu que a disputa pelo controle da Eletropaulo será decidida em um leilão conjunto, que será realizado em 4 de junho. Além dos três competidores ofertantes - Energisa, Enel e Neoenergia -, o colegiado da autarquia determinou que poderá haver "interferência compradora" no leilão. Na prática, significa que será permitido que apareça, de surpresa, um novo lance durante o certame.

A expectativa no mercado é de que, com isso, outros investidores possam entrar na disputa, hoje protagonizada pela Enel e pela Iberdrola, que controla a Neoenergia. A notícia foi mal recebida por esses investidores, uma vez que um aumento da competição iria exigir um desembolso ainda maior pelo controle da distribuidora paulista.

Até então, o leilão estava marcado para 18 de maio. Com o prazo maior, existe a expectativa de que outros investidores tenham tempo suficiente para avaliar o negócio. A Enel, por enquanto, lidera a disputa com o maior preço por ação, de R\$ 32,20. A última oferta da Neoenergia foi de R\$ 32,10 por ação. Os dois preços avaliam a Eletropaulo, que tem a maior concessão de distribuição de energia da América Latina, em cerca de R\$ 5,4 bilhões.

Até 24 de maio deve ser conhecido qual dos três competidores atuais terá o maior preço, e se haverá chance de aumento do preço dentro do leilão. A interferência compradora só será realizada caso o possível interessado manifeste sua intenção de participar do certame até essa data.

Se não houver novos interessados, não haverá disputa de preço durante o leilão da bolsa, prevalecendo o maior valor divulgado até 24 de maio. Somente haverá disputa de preço dentro do leilão se surgir um novo investidor que escolha colocar sua proposta apenas durante a compra na bolsa. Isso significa que, 10 dias antes do certame, os interessados vão saber se há chance de leilão competitivo.

No caso de um leilão competitivo, o investidor que já tiver publicado o edital e que sofrer a interferência poderá se defender e elevar sua proposta durante o certame. Contudo, nenhum dos atuais ofertantes (Enel, Neoenergia e Energisa) poderá ser interferente um contra o outro, algo que não estava claro na regra.

No trecho final de sua decisão, o colegiado da CVM esclareceu que a decisão para o caso da Eletropaulo foi estabelecida de tal forma porque a autarquia entendeu que as OPAs lançadas até então têm condições equivalentes.

Ontem, as ações da Eletropaulo fecharam com alta de 1,03%, a R\$ 34,35. Desde o início do ano, acumulam ganho de 110,1%. Apenas desde o início de abril, a valorização foi de 92,3%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Fernanda Pressinott | De São Paulo

Título: Conab confirma que nova safra de cana será mais 'alcooleira'

Em seu primeiro levantamento sobre a safra de cana do país no ciclo 2018/19, a Conab confirmou expectativas e previu queda da moagem (1,2%, para 626 milhões de toneladas), retração da produção de açúcar (6,3%, para 35,5 milhões de toneladas) e aumento da oferta de etanol (1,4%, para 28,2 bilhões de litros).

MME / ASCOM .